Pontes Lusófonas II

«Uma fronteira é um rio entre um país e o longe»

Manuel Alegre

Desde o momento da sua concepção, as *Pontes Lusófonas* pretenderam afirmar-se como uma possibilidade de (re)descoberta de um território de afinidades veementemente apostadas na afirmação de uma cidadania plural, subscrita pelos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Numa sociedade em que o imediato pauta cada vez mais a actividade humana, o apelo exigido para a construção de uma memória comum poderá ser visto como utópico, perante conquistas mais fáceis e de maior visibilidade. Mas é exactamente na aceitação deste desafio, diferente e diferenciador, que reside a condição prévia à criação de uma geografia de afectos inovadora, como a que se pretende construir com as *Pontes Lusófonas*.

Como todo o espaço a criar, ela exige porém uma árdua maturação dos processos, renovação constante das trajectórias e um tempo para se implantar na memória colectiva dos povos desta «nova» comunidade lusófona. Só assim as *Pontes Lusófonas* poderão cumprir-se cabalmente, como um projecto capaz de ampliar o nosso espaço de pertença original.

uma geografia de afectos

Maria Armandina Maia

Todos sabemos que os caminhos da cultura se traçam de forma lenta, em pleno contraste com a velocidade com que tudo se «faz» nos nossos dias. E todos sabemos também que em cada dia que passa se fortalece um «marketing do esquecimento», baseado na fragmentação, na falsa informação, no convite à banalidade, simplificação e simplismo, por oposição a mecanismos de aprendizagem real e de estruturação dos cidadãos.

Mas o arsenal de afinidades enterrado sob os solos dos nossos países — apesar das fracturas que a História traçou entre eles ao longo de séculos — poderá permitir-nos ultrapassar a entropia existente entre discurso e acção e, mais ainda, entre discurso e intervenção. Através de medidas concretas, exequíveis, até modestas, mas que regularmente, ritualmente e lentamente mostrem as vantagens de uma «unidade colectiva» enriquecedora e fortalecedora de um projecto comum.

Para conseguirmos edificar uma consciência comunitária concreta, teremos, antes do mais, que nos apropriarmos da riqueza de cada um dos nossos países, identificarmo-nos com ela, sentirmos que lhe pertencermos. Sem sentimento de identificação e de pertença, não há possibilidade de construir o bem colectivo.

Não significa isto que todos, em simultâneo, tenham de atingir o mesmo objectivo, económico ou social. Muito pelo contrário, o *direito à diferença* só poderá constituir um elemento fulcral da integração, se nos permitir compreender que o ritmo de cada país é um bem inalienável dessa diferença, condição imprescindível nas *regras de diálogo*.

Foi com este propósito que partimos.

O cais de chegada depende do empenho com que conseguirmos defender um lugar para uma «identidade lusófona», sem o qual as *Pontes* não serão mais do que meros pontos de travessia, em vez do desejado espaço em construção, *entre a memória e o futuro*. Um espaço por excelência colectivo, onde o lugar do presente é provisório por natureza, ancorado entre o que fomos e o que formos capazes de vir a ser.

Construamos pois as nossas terceiras *Pontes*. Ainda que delas não venha a rezar a História, continuaremos a erguê-las numa atitude interveniente e cooperante, na convicção de que elas poderão alicerçar-se e alicerçar a nossa consciência comum, para não ficarmos reduzidos ao papel de ponte entre nada e coisa nenhuma, como meros observadores da condição humana.